

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.666 - SP (2019/0213435-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : MICHELA TATIANE SILVA DO CARMO  
**ADVOGADO** : HELIELTHON HONORATO MANGANELI - SP287058  
**AGRAVADO** : BANCO PAN S.A.  
**ADVOGADO** : FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ - SP206339

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MICHELA TATIANE SILVA DO CARMO contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com o pedido de devolução dobrada de valores e de indenização por danos morais - Demonstração da contratação de cartão de crédito consignado - Termo de adesão que disponibiliza informações adequadas e claras sobre o produto/serviço contratado, observando o art. 6.º, III, do Código do Consumidor - Inocorrência de venda casada - Aquisição do cartão de forma separada, formalizado por instrumento próprio - Legalidade dos descontos a título de reserva de margem consignável pela utilização do cartão - Recurso não provido" (e-STJ fl. 192).*

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 39, I, IV e V, e 51, I, IV e VX, do Código de Defesa do Consumidor, porque o recorrente é hipossuficiente e foi levado a contratar obrigação abusiva, sem que a instituição financeira tenha cumprido seu dever de informação.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, as conclusões do tribunal de origem acerca do mérito da demanda decorreram inquestionavelmente da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o

que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

“(…)

*Na espécie, nada obstante a alegação do autor de que a contratação do cartão de crédito consignado tenha ocorrido sem qualquer autorização, ficou alçado à categoria de incontroverso o fato relativo à assinatura do 'termo de adesão ao regulamento para utilização do cartão de crédito consignado Pan' pelo próprio interessado, conforme págs. 81/86.*

*Não se cogitando da tese articulada sobre a falta de conhecimento técnico do cliente acerca da operação de crédito, tampouco quanto à falta de comunicação sobre a necessidade de pagamento da fatura ou com relação à indicação do saldo remanescente, porque o contrato exibido pelo réu foi redigido de forma clara e transparente, contendo os elementos necessários a sua compreensão, com cláusulas bem detalhadas e específicas quanto à utilização do cartão, especialmente aquela autorizando o desconto em folha de pagamento - ADF, pág. 82, observando o quanto exigido pelo art. 6.º, III, do Código do Consumidor.*

*Sem embargo da inexistência de venda casada, uma vez que a aquisição do cartão ocorreu de forma separada, formalizada por instrumento próprio, com identificação inequívoca do produto/serviço contratado.*

*De modo que, verificada a legitimidade da contratação e efetuado o empréstimo com disponibilização da quantia de R\$ 1.662,63 ao autor, pág. 86, a hipótese foi de exercício legal do direito, preexcludente da acenada ilicitude da conduta e, por conseguinte, da pretendida reparação pecuniária a título de dano extrapatrimonial, diante da incidência retilínea da regra básica do art. 188, I, do Código Civil” (e-STJ fls. 192/193).*

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor dos enunciados das Súmulas nºs 5 e 7 deste Superior Tribunal.

Registre-se, outrossim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o que se observa do seguinte julgado:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. DESCONSTITUIÇÃO DO ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE FEITA COM BASE NO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

# Superior Tribunal de Justiça

*1. Rever as conclusões das instâncias ordinárias quanto à ocorrência de prescrição da ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais exige, necessariamente, a incursão no material fático-probatório dos autos, notadamente porque as alegações da recorrente são no sentido de considerar outro termo inicial para a contagem do prazo prescricional, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.*

*2. No que toca ao conhecimento do apelo especial por divergência jurisprudencial, também não colhe êxito. Isso porque julgado fundado em fatos e provas (incidência da Súmula 7/STJ) não enseja a possibilidade de demonstração da similitude fática, conforme tranquilo entendimento desta Corte Superior.*

*3. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.114.253/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 6/11/2017 – grifou-se).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (R\$ 10.373,56 - fl. 50 e-STJ), os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator